

DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO: (RE) CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO, REFORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS (*)

Jair do Amaral Filho

Doutor em Economia pela Universidade de Paris 13 (França), Professor e Pesquisador do Departamento de Teoria Econômica e do Curso de Mestrado em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Resumo: *Este artigo pretende refletir sobre as transformações das teorias sobre desenvolvimento regional, tentando fundir as abordagens regional e da Teoria do Crescimento Endógeno para uma construção do conceito de desenvolvimento endógeno, conceito esse que, mais abrangente, procura esquematizar um desenvolvimento sustentado para as regiões brasileiras. O trabalho procura ainda estudar o novo papel da União e dos estados, apresentando estratégias para esse desenvolvimento.*

Palavras-chave: *Crescimento Econômico; Desenvolvimento Regional; Teoria do Crescimento Endógeno; Desenvolvimento Endógeno; Brasil.*

* Texto produzido no âmbito do **Projeto Áridas** com o apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as teorias e reflexões sobre desenvolvimento regional sofreram grandes transformações, provocadas, por um lado, pela crise e declínio de muitas regiões industriais tradicionais e pelo surgimento de novos paradigmas de industrialização e de desenvolvimento locais* e, por outro, pelos novos paradigmas surgidos através da própria teoria macroeconômica do desenvolvimento, cujo destaque fica por conta da Teoria do Crescimento Endógeno. Acrescente-se, ainda, que o "novo" papel do Estado imposto pela crise fiscal-financeira reduziu e redirecionou os instrumentos e estratégias de desenvolvimento regional, fato este que gerou múltiplas alternativas em matéria de regulação estatal e planejamento regional e local.

Nesta (re) construção do conceito de desenvolvimento endógeno, procura-se fundir duas abordagens, isto é, a abordagem regional ou espacial, que incorpora noções teóricas específicas da economia regional, e a abordagem correspondente à Teoria do Crescimento Endógeno. O "novo" papel do Estado também será adicionado ao esforço dessa (re) construção, mas tendo como fonte de inspiração a própria estrutura federativa brasileira, com sua crise fiscal-financeira específica. Não caberia nesta montagem conceitual um modelo formal do fenômeno, sendo por isso adotado o caminho metodológico trilhado por Albert O. HIRSCHMAN, que pode ser caracterizado como "holístico, sistêmico e evolutivo"**.

Esta tentativa de (re) construção conceitual, com enfoque regional ou local, não tem a pretensão de oferecer um novo paradigma para essa problemática, mesmo porque ele já existe. Entretanto, ela objetiva forjar um conceito mais agregado, tendo um campo de influência maior, ao mesmo tempo que intenta montar um tipo ideal de condições e estratégias para se atingir um certo tipo de desenvolvimento sustentado para as regiões brasileiras.

* Muitos desses paradigmas localizam-se em várias regiões dos EUA, da França, da Itália e do Japão. Ver, por exemplo, BENKO; LIPIETZ (1992)⁽⁴⁾, FEDERWISCH; ZÖLLER (1986), MARUANI; REYNAUD; ROMANI (1989)⁽¹⁴⁾; PIORE; SABEL (1984)⁽¹⁸⁾ e SCHMITZ (1988)⁽²²⁾.

** Segundo WILBER; FRANCIS (1988, p. 333)⁽²⁷⁾, "A metodologia de HIRSCHMAN é 'holística' porque tem como foco primário as relações entre as partes de um sistema e o todo. É 'sistemática' porque aquelas partes constituem um todo coerente e podem ser entendidas tão-somente nos termos do todo. O método de HIRSCHMAN é 'evolutivo' porque as mudanças do padrão de relações são vistas como a própria essência da realidade social. Há uma interconexão entre os elementos que formam o sistema econômico e o contexto social e político em que esses elementos funcionam".

2. NOVOS PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Do ponto de vista espacial ou regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como o processo de ampliação contínua da capacidade de absorção interna da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Isso resulta na ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, dentro de um modelo de desenvolvimento regional definido.

O processo pode ser conseguido de baixo para cima, isto é, partindo das potencialidades sócio-econômicas originais do local, ou de cima para baixo, através de planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado. Esta última modalidade pode ser associada àqueles casos de implantação de grandes projetos estruturantes (indústrias automobilística, petroquímica, etc) ou de tecnopólos. A de baixo para cima pode ser considerada o tipo endógeno mais paradigmático, como pode ser visto a seguir.

Segundo GAROFOLI (1992)⁽⁷⁾, entre os modelos de desenvolvimento endógeno, os casos mais interessantes e paradigmáticos são aqueles constituídos pelos sistemas de pequenas empresas ou pequenos empreendimentos circunscritos a um território (tipo território-sistema ou distrito industrial). Tratam-se de sistemas que produzem verdadeiras intensificações localizadas de economias externas, que determinam intensas aglomerações de empresas fabricando o mesmo produto ou gravitando em torno de uma produção típica.

Ainda segundo GAROFOLI (1992)⁽⁷⁾, o grau de autonomia (tanto comercial como tecnológico e financeiro) desses sistemas é particularmente importante e essa autonomia relativa é consequência de numerosas inter-relações existentes tanto entre as empresas e os diferentes setores produtivos locais quanto entre o ambiente e contexto locais e o sistema produtivo. Isto pode ser entendido, ainda dentro da opinião do autor citado, como meio ou conjunto de fatores histórico-sócio-culturais que estão sedimentados dentro da comunidade e das instituições locais.

Essa posição parece ser bastante razoável porque ela sugere um certo equilíbrio entre as correntes indutiva e dedutiva, que dividem o debate recente sobre desenvolvimento regional (J. FEDERWISCH e H. G. ZOLLER, 1986). A primeira, descritiva, parte de estudos específicos para mostrar as particularidades das condições determinantes de cada caso de desenvolvi-

mento local. A segunda, teórica, parte geralmente de postulados mais gerais sobre a dinâmica das organizações territoriais descentralizadas. Dentro desta corrente, encontram-se, por exemplo, autores que defendem a tese da crise do sistema produtivo fordista, baseado na grande produção de escala, e o conseqüente renascimento das vantagens da pequena produção, baseada na produção flexível.

Pela abordagem da produção flexível, pós-fordista, estaria havendo uma abertura de janelas de possibilidades para que regiões e locais fora dos grandes eixos de aglomeração fordista engendrem seus processos de desenvolvimento. Associados a essa visão estão aqueles autores que defendem políticas de implantação de distritos industriais do tipo marshalliano. Por outro lado, estão os autores que, preocupados com o declínio de várias regiões tradicionalmente industriais, passam a defender iniciativas de reestruturação (ou de estruturação regional) baseadas na alta tecnologia*. Identificados com essa visão estão os partidários dos tecnopólos. Deve-se observar que ambas as visões, distritalista e tecnopolista, não são excludentes.

Pela ótica da teoria macroeconômica do desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento endógeno está associado à recente ruptura experimentada pela teoria tradicional do crescimento (dentro da qual o modelo de R. SOLOW é o mais representativo), ruptura essa decorrente do surgimento das teorias do crescimento endógeno, cujos fundadores parecem ter sido os novos classisistas (R. LUCAS, e P. ROMER, em 1985)**. Sabe-se que a teoria tradicional do crescimento baseava-se numa função de produção onde o volume da produção (Y) é função de dois fatores, o capital (K) e o trabalho (L), podendo ainda se agregar, no máximo, terra (N):

$$Y=f(K,L)$$

Esta fórmula é válida tanto para a firma como para o conjunto da economia. Para obter-se uma variação no volume da produção (dY), é suficiente que haja uma soma de pequenas variações dos dois fatores, caracterizadas por coeficientes chamados de "produtividades marginais dos fatores". Além disso, alguns axiomas se encarregam de condicionar essa função de produção como rendimentos constantes, homogeneidade e linearidade***.

* Entende-se que o conceito de alta tecnologia não está limitado apenas aos setores específicos e emergentes de ponta (informática, microeletrônica, etc.), mas abrange a maioria dos setores e atividades econômicas.

** Refere-se à aula magna proferida pelo professor Robert Lucas (Universidade de Chicago) na Universidade de Cambridge em 1985 e à tese de doutorado de Paul Romer (1985), *apud* ZINI JR. (1994)⁽²⁹⁾. Alguns artigos produzidos pelos autores da nova teoria merecem ser mencionados aqui. Ver LUCAS (1988)⁽¹²⁾, BARRO (1990)⁽³⁾, e ROMER (1986)⁽²¹⁾.

*** Essa função de produção já foi abalada pela "grande controvérsia do capital".

O ponto central dessas teorias está na posição tomada por um grupo de economistas de formação neoclássica em relaxar, finalmente, o axioma dos rendimentos constantes, base importante dos modelos de crescimento filiados à teoria do equilíbrio geral walrasiano. Por consequência, outros axiomas tiveram também de ser relaxados: a linearidade, a constância e a homogeneidade da função de produção. A partir daí, fatores que antes eram considerados exógenos na determinação do crescimento passaram a ser encarados como endógenos, o que levou fatores como capital humano, conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento a dividirem com os tradicionais capital e força de trabalho a composição da função de produção.

Em artigo de 1972, N. KALDOR (1987, p. 94)^{(9)*} já chamava a atenção, comentando um artigo de YOUNG (1928)⁽²⁸⁾, para o fato de que "a existência de rendimentos crescentes e suas consequências para o conjunto da estrutura da teoria econômica foram completamente negligenciadas". Nesse mesmo artigo, KALDOR (1987, p.97)⁽⁹⁾ nos dá uma idéia exata e quase profética sobre as consequências desse relaxamento sobre o método neoclássico tradicional, dizendo:

"Uma vez que se integram os rendimentos crescentes, as forças que provocam essas mudanças contínuas são - endógenas - elas são engendradas a partir do interior do sistema econômico - e a situação da economia a um determinado momento não pode ser prevista, salvo como resultado de uma seqüência anterior de fatos condutores".

Nascidas na década de 80, essas teorias na verdade parecem, por um lado, ter sido derivadas de uma pressão muito forte exercida pelos dados empíricos relacionados ao desenvolvimento das nações e, por outro, renascidas de idéias e preocupações antigas, há muito propagadas por clássicos e neoclássicos, mas também pelos heterodoxos (neomarxistas, neo-shumpterianos, regulacionistas, evolucionistas e institucionalistas).

Com relação à força da realidade, depois de muitas evidências empíricas oferecidas pelas séries temporais, só disponíveis na década de 80, os protagonistas da Teoria do Crescimento Endógeno começam a se perguntar:

a) Por que alguns países conseguem crescer e outros não?

* Esse artigo foi publicado no *Economic Journal* em dezembro de 1972.

- b) Por que alguns crescem mais do que outros?
- c) Por que alguns países conseguem manter suas taxas de crescimento positivas por mais tempo do que outros?

A principal questão que incomodava esses economistas estava na constatação de que, mesmo havendo condições iguais para os países quanto ao acesso à tecnologia no mercado internacional, havia divergência nas taxas de crescimento entre esses países. A partir daí, a saída foi abandonar a velha função de produção.

Quanto às idéias endogeneístas pré-década de 80, seu universo é imenso. Neste universo tem-se, por exemplo, A. SMITH, que associa "economia social a rendimentos crescentes" ou "noções de aprendizagem a economias de escala dinâmicas". Ainda no campo dos clássicos, encontramos K. MARX, que associa "progresso técnico com concorrência intercapitalista". Já no conjunto dos neoclássicos, mas longe do equilíbrio geral, tem-se MARSHALL (1982)(13) que associa "economias ou deseconomias externas aos rendimentos crescentes ou decrescentes" e que analisa, por consequência, a influência da organização, educação, saúde, conhecimento, etc. sobre o aumento da eficiência do sistema produtivo e o aumento da riqueza. De um ponto de vista mais dinâmico, tem-se também SCHUMPETER (1982)(23), que analisa, por sua vez, o papel fundamental das inovações no desenvolvimento econômico, numa perspectiva virtuosa de "destruição criadora".

No tocante à nova Teoria do Crescimento Endógeno produzida pelos novos clássicos, ela parece ter recebido influências remotas de A. SMITH e MARSHALL, e influências recentes da escola neo-schumpeteriana. Como diz LORDON (1992)(11), a nova teoria parte de uma certa premissa neo-schumpeteriana das inovações tecnológicas, mas, segundo sugere o mesmo LORDON, não se deve esquecer das influências ocultas exercidas pelos trabalhos de ARROW (1962), UZAWA (1965), WEISZACKER (1973), PHELPS (1966) e CONLISK (1969), que desenvolveram modelos de crescimento tomando explicitamente como objeto a endogeneização do progresso técnico e a representação de um crescimento sustentado. De qualquer forma, a Teoria do Crescimento Endógeno parte de uma proposta neo-schumpeteriana minimalista (LORDON, 1992)(11).

Se não há originalidade, como ficou demonstrado na nova teoria do crescimento, em relação à questão da endogeneidade, como podem, então, ser explicados o grande destaque obtido e o enorme espaço ocupado por essa teoria recentemente?

A resposta, aparentemente efêmera, está no simples fato de que economistas neoclássicos (dentre os quais um dos líderes da nova macroeconomia, R. LUCAS) terem reconhecido a existência e a superioridade do conceito de rendimentos crescentes, e que estes são provocados por outros fatores de produção além dos tradicionais capital físico e força de trabalho. Antes considerados exógenos na determinação do crescimento, agora são considerados pela ortodoxia como fatores endógenos o **capital humano**, as **instituições**, a **pesquisa e desenvolvimento**, o **conhecimento**, a **informação** etc. Segundo LORDON (1992)⁽¹¹⁾, o fato de esse mandamento ter surgido no interior da própria ortodoxia, conjugado com o peso da teoria do crescimento na teoria econômica, foi importante para conferir uma legitimidade acadêmica forte a esse tipo de resultado.

Esse reconhecimento foi, portanto, suficiente para provocar entre os economistas um certo consenso sobre o caráter endógeno desses novos fatores de produção e suas influências sobre os rendimentos crescentes e o crescimento sustentado*. A tese consensual decorrente é que um país, região ou local melhor munidos desses fatores podem aumentar, com maior facilidade, a produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição de renda. É exatamente aqui que reside a contribuição da Teoria do Crescimento Endógeno para a teoria e as políticas de desenvolvimento regional.

3. EQUÍVOCOS E NOVAS FONTES PARA OS ACERTOS NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO REGIONAL

As características que constituem um caso regional paradigmático de desenvolvimento endógeno, como foi colocado por GAROFOLI (1992)⁽⁷⁾, não devem ser distorcidas nem tomadas como uma ortodoxia**. Ao contrário

* Esse consenso foi decisivamente importante para modificar positivamente os conceitos de desenvolvimento e o conteúdo dos programas de ajustamento estrutural no âmbito das organizações oficiais internacionais (BIRD, BID, etc.).

** O próprio GAROFOLI (1992, p.78-79)⁽⁷⁾ trata de dar uma temperada no conceito quando se refere ao processo de industrialização local impulsionado por empresas de fora, estas empurradas pela descentralização territorial. Nessa fase, diz o autor: "Não existe certamente um modelo local; o que existe, é exclusivamente um espaço territorial utilizado como um receptor de processos produtivos controlados do exterior. Mas essa forma de industrialização pode, em seguida, estabelecer inter-relações com o meio, entrar num processo sinérgico com os recursos locais e até envolver a participação de empresas locais, tornando-se novos empreendedores com características específicas da comunidade local. No início, é somente de maneira marginal. Em seguida, o fenômeno é cada vez mais importante, até que a estrutura econômica local possa ser caracterizada como um sistema de empresas interconectadas, com independência relativa de cada empresa do sistema, e inter-relações produtivas sempre mais intensas (tanto intersetoriais quanto intra-setoriais), e afirmação de formas de organização e estratégias específicas ao espaço considerado". (Tradução do autor).

de ser um conceito correntemente associado ao fechamento e ao isolamento, ou ao autocentrismo e auto-suficiência de uma determinada região, o desenvolvimento endógeno deve ser entendido, antes de tudo, como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região, processo esse que deve criar um ambiente ótimo e atrativo para capturar e consolidar um desenvolvimento originalmente local e/ou permitir a atração e localização de novas atividades econômicas numa perspectiva de economia aberta e de sustentabilidade.

Em várias regiões de outros países, as fontes, estratégias e mecanismos para alcançar esse processo têm-se mostrado bem diversos. Mas, recentemente no Brasil, tem-se destacado uma articulação de promoção do desenvolvimento local dentro da qual os estados federados têm praticado entre si uma verdadeira guerra fiscal, no sentido de criar condições de atração para os investimentos, e assim procurar dinamizar suas economias*. A arma principal dessa guerra tem sido a prática da renúncia fiscal (ICMS) em favor dos investidores hóspedes.

De um lado, essa estratégia não-cooperativa marca uma tendência, de certa forma positiva**, de substituição parcial da política regional, esta praticada precariamente pelo Governo Federal e órgãos regionais, por uma política local, praticada pelo governo estadual. A hipótese é que desponta, no Brasil, uma tendência de formação e generalização de uma política de desenvolvimento regional de tipo federalista, comandada, ainda que de maneira embrionária e desajustada, pelos estados federados. Isto quer dizer que as elites estaduais e locais estão tendendo muito mais para um certo tipo de valorização explícita das estruturas locais do que propriamente das regionais.

Essa tendência de descentralização da política regional poderá se afirmar à proporção que a política do Governo Federal para as regiões (como para os setores) se transformar numa política seletiva, como tudo indica, privilegiando as regiões e locais mais promissores. Isso deverá ser marcado

* Interessante notar que os EUA também experimentaram uma guerra entre os estados (SWYNGEDOUW; ARCHER, 1986)⁽²⁶⁾, mas com a diferença de que, nesse país, as agências de desenvolvimento dos estados utilizaram como arma a alta tecnologia. "Em estados como Michigan, Ohio e Virgínia, e em cidades como Cincinnati, Syracuse e New-Haven, agências de planejamento fixaram suas políticas na criação de novas 'Silicon Valleys' ". (SWYNGEDOUW; ARCHER, 1986, p. 12)⁽²⁶⁾. (Tradução do autor).

** Ela é positiva à medida que, ampliada por outros mecanismos além da guerra fiscal, pode transformar-se num processo endógeno de mobilização das forças locais.

pela substituição do critério de homogeneidade regional pelo de eficiência regional, o que implica, segundo H. BOUMAN, J. F. THUIS e A. VERHOEF (1986), analisando a política regional holandesa, numa reorientação das subvenções em direção das zonas onde as possibilidades de desenvolvimento são evidentes*.

De outro lado, o mecanismo da renúncia fiscal, uma vez praticado isoladamente dentro do conjunto de possibilidades de políticas públicas estaduais, pode ser interpretado, do ponto de vista sistêmico e estrutural, como um instrumento insuficiente e insustentável na promoção do desenvolvimento endógeno da economia local. Isto quer dizer que tal instrumento, isoladamente, não tem força suficiente para criar um sistema produtivo local coerente e sustentável. Visto ainda por um outro ângulo, na opinião de HADDAD (1994)⁽⁸⁾, mecanismos de natureza fiscal ou financeira são vantagens competitivas espúrias desenvolvidas pelos estados e como tais são insustentáveis a longo prazo porque "podem desaparecer a partir das exigências de um programa de estabilização econômica".

O desenvolvimento endógeno, entendido como um desenvolvimento sustentável por um longo período, deve-se abastecer em três fontes além, evidentemente, daquela fonte exógena fornecida pela compensação financeira intermediada pela União** a favor das regiões mais pobres a saber:

- a) novo papel do estado federado;
- b) estratégia de desenvolvimento econômico regional ou local, baseada na mobilização de poupança e investimento em formação bruta do capital fixo;
- c) valorização dos novos fatores de produção.

* Os autores citados dão um exemplo internacional (Holanda) que pode servir de exemplo de uma tendência mundial da política de tipo regional. Não obstante, essa tendência pode não encontrar acolhimento no Brasil devido à forte restrição fiscal-financeira por parte do Governo Federal, pois lhe impõe ter que gastar com prioridades.

** Concorde-se com DINIZ (1993, p.5)⁽⁵⁾ quando este diz: "Dada a dimensão territorial do país e o desnível econômico e social entre as regiões, não se pode pensar na retirada do Estado da questão regional brasileira. No entanto, torna-se necessário o estabelecimento de orientações claras e explícitas sobre os critérios e prioridades na aplicação desses recursos. A existência de mecanismos de tráfico administrativo e corrupção e o pequeno resultado obtido exigem ação enérgica das várias instâncias governamentais".

Essas três fontes formam o que podemos chamar de tipo ideal do desenvolvimento endógeno, mas a sua fonte primária está associada fundamentalmente à formulação de um modelo de desenvolvimento que, por sua vez, depende do "paradigma societal" gerado no seio da formação social local ou regional.

A forma e a composição do desenvolvimento endógeno - primário, industrial ou terciário; especializado ou não especializado; distrito industrial marshalliano; tecnopólo; etc. - devem variar de região para região ou de local para local, dependendo das estruturas sócio-econômico-cultural, institucional e político-decisória prevaletes nos respectivos espaços. Embora o universo de valores da região ou do local deva permanecer receptivo às novas tendências e aos novos paradigmas de desenvolvimento, esse universo não deve ser cooptado por caricaturas ou por imitações de modelos de outras regiões*.

4. PRIMEIRA FONTE: O NOVO PAPEL DO ESTADO FEDERADO

Entre meados da década de 50 e o final dos anos 70, o desenvolvimento econômico brasileiro foi comandado por uma forte intervenção do Governo, cujas bases foram a expansão do déficit e da dívida públicos. Entretanto, durante toda a década de 80 e início dos anos 90, a economia brasileira foi e tem sido marcada pela profunda crise fiscal-financeira do Estado, bem como pela desordem nas finanças da maioria dos estados federados. Essa crise exauriu a poupança pública e esvaziou, por consequência, a capacidade de investimento da União, quebrando assim o padrão de intervenção estatal no processo de crescimento e desenvolvimento econômico do País. Dentro desse quadro, ficam esvaziadas as políticas industrial e regional, ambas controladas pelo Governo Federal.

* Ao referir-se a experiências exitosas de desenvolvimento regional ou local, a primeira caricatura que vem à mente é a do *Silicon Valley* nos EUA. Ao comentarem essa experiência, J. FEDERWISCH e H. G. ZOLLER (1986, pg.06) observam: "...sem ver que uma experiência exitosa há muito tempo, em condições que evoluíram ao longo do tempo e pela graça de uma conjugação relativamente excepcional de fatores, não pode ser reproduzida tal como ela é". (Tradução do autor).

Uma nova fase de crescimento duradouro da economia brasileira e de suas regiões só será conseguida através da reforma do Estado e reformulação de seu papel, bem como do ajuste fiscal estrutural. No entanto, essas transformações não devem ficar a cargo simplesmente dele, mas também das unidades federadas. Isto quer dizer que cada estado da federação deve, igualmente, proceder às reformas e ajustes que impliquem na mudança do padrão de gestão pública e no aumento do grau de eficácia e eficiência na utilização dos recursos financeiros, condizentes com o aumento da autonomia decisória obtido pelas unidades federativas, com a descentralização fiscal-financeira provocada pela Constituição de 1988. O resultado dessas mudanças vai ao encontro tanto do desenvolvimento endógeno quanto da formação do novo pacto federativo.

Esse resultado pode ser conseguido através de alguns resultados-chave intermediários:

- a) geração de poupança pública local e recuperação da capacidade de investimento, a fim de melhorar e recuperar a infra-estrutura e de criar um efeito multiplicador sobre o emprego, produto, renda e investimentos privados. Aqui estão implícitas a necessidade e a possibilidade de se construir um novo modo de financiamento para o setor público e acumulação de capital, a partir de uma nova racionalidade fiscal na esfera pública. O aspecto novo dessa racionalidade está na impossibilidade fiscal de o investimento continuar sendo autônomo com relação à poupança, como determinava a premissa keynesiana do investimento autônomo;
- b) modernização do aparelho estatal, a fim de:
 - recuperar seu sistema de planejamento;
 - melhorar sua relação com a sociedade e a economia locais, procurando facilitar a estabilidade da sociedade civil, da cidadania, e a eficiência do mercado;
 - melhorar a capacidade de gerência dos recursos humanos, materiais e financeiros do domínio do setor público local.

Dentro de um ambiente macroeconômico hostil, degradação geral das finanças públicas e descrédito do setor público, como é atualmente o caso do Brasil, esses resultados não beneficiam apenas a retomada da autonomia de decisão pelo poder local, mas passam a constituir uma importante vantagem comparativa para a economia estadual, no que tange à fixação e atração de novos investimentos.

5. SEGUNDA FONTE: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OU LOCAL

As reformas do Estado e a liberação de recursos fiscais locais são importantes para o desenvolvimento endógeno, mas essas condições devem vir acompanhadas de uma estratégia econômica de mobilização do setor privado através da mobilização das poupanças e investimentos públicos e privados, a fim de elevar o nível da formação bruta do capital fixo.

No que toca especificamente ao segmento da infra-estrutura pesada (energia, transporte, telecomunicações, abastecimento d'água, etc.), as necessidades em termos de recuperação e ampliação da sua base são hoje urgentes e desafiadoras, tendo em vista a queda vertiginosa da taxa de investimento, principalmente da parte do Governo, durante todo o período da década perdida*. Qualquer projeção de crescimento sustentado para a economia brasileira e suas regiões, mesmo que modesta, não pode prescindir de maciços investimentos em infra-estrutura pesada. O capital privado deve e tem plenas condições de participar desses investimentos, mas o Estado ainda é o principal agente na sinalização e mobilização dos investimentos nesse setor.

A política de investimento em infra-estrutura é importante para uma região ou economia estadual, na medida em que ela cria externalidades para o capital privado (redução de custos de produção e de transporte, acesso a mercados, etc.); mas ela em si mesma não é suficiente para criar um processo de endogeneização do excedente econômico local e para atrair excedentes de outras regiões, o que provocaria, assim, uma ampliação das atividades econômicas, do emprego, renda etc.

Para que produza efeitos multiplicadores crescentes e virtuosos sobre o produto e a renda, a referida política deve estar contida numa estratégia mais global de desenvolvimento da região ou do estado, cujos mecanismos estejam administrativa, econômica e politicamente fundamentados, com o objetivo de evitar formação de enclaves ou aglomeração de indústrias sem conexão harmoniosa.

* Esse termo foi cunhado pela CEPAL para caracterizar a década de oitenta na América Latina.

Essa fundamentação pode ser elaborada através de teorias de desenvolvimento regional já consagradas, envolvendo alguns conceitos-chave tais como pólos de crescimento comandados por firmas ou setores motrizes (F. PERROUX); concatenações para frente e para trás (A. HIRSCHMAN) e efeito cumulativo de causação circular progressivo (MYRDAL, 1972)⁽¹⁶⁾.

Esses conceitos estão geralmente associados a modelos de cima para baixo, envolvendo grandes capitais externos para a região e inspirados na idéia da substituição de importações. Tomando-se um multiplicador:

$$1 / 1 - c + m$$

onde "c" representa a propensão a consumir e "m" a propensão a importar, a política regional baseada nesses modelos deve tratar de aumentar esse multiplicador, diminuindo a propensão a importar ao mesmo tempo em que deve aumentar a propensão a consumir. Como estratégia complementar, a teoria tradicional de desenvolvimento regional recomenda também a estratégia da base exportadora, que tem como objetivo aumentar o crescimento e a endogeneização regional, através de um efeito renda provocado pelas receitas das exportações. Essa estratégia pode ser representada através do efeito multiplicador onde:

$$dR = 1 / 1 - c + m \cdot dE$$

Ou seja, um aumento da renda (dR) provocado por um aumento nas exportações (dE).

Devido aos resultados frustrantes obtidos pelas políticas regionais nucleadas pela teoria dos pólos de crescimento, principalmente em termos de equidade e endogeneidade, combinados ao declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais, contrapostos à ascensão de muitas regiões desconhecidas até então, as teorias tradicionais passaram a ceder lugar a modelos de desenvolvimento regional do tipo de baixo para cima. Nos anos recentes, as políticas regionais passaram a basear sua fundamentação em novos conceitos, tais como o de distrito industrial (MARSHALL)⁽¹³⁾, conceito esse coerente com o processo pós-fordista de descentralização produtiva e mais próximo do desenvolvimento endógeno regional*.

* O conceito de distrito industrial foi retomado com muita força na década de 80 por alguns autores: PIORE; SABEL (1984)⁽¹⁸⁾; SCOTT (1988)⁽²⁴⁾, STORPER (1989); SCHMITZ (1988)⁽²²⁾; GAROFOLI (de 1983 a 1987). Foram realizados vários estudos de casos de industrialização e desenvolvimento locais (na Itália, principalmente). Desses estudos, resultaram tanto uma atualização teórica do conceito originalmente cunhado por MARSHALL, como propostas de desenvolvimento regional e local baseados nesses novos paradigmas. Essas novas teorias e propostas (em especial de PIORE; SABEL, 1984)⁽¹⁸⁾ tiveram muita influência nas pesquisas e políticas de desenvolvimento local. As características distritais são basicamente o "regime de especialização flexível baseado em tecnologias flexíveis, trabalhadores flexíveis e novas formas de comunidades industriais." Para uma revisão crítica do conceito e dos autores "distritais" ver AMIN; ROBINS (1992)⁽¹⁾.

MARSHALL alerta para a vantagem da concentração geográfica de empresas concorrentes, vantagem essa advinda da concentração convergente das atividades produtivas, do fluxo de informações, da notoriedade e reputação alcançadas pelo local ou região, da localização concentrada de fornecedores e clientes, da circulação do conhecimento científico e tecnológico, etc. Para completar esse raciocínio, é interessante notar que, como diz PORTER (1991)⁽¹⁹⁾, o agrupamento ou a aglomeração de empresas, indústrias ou setores rivais em determinada região gera condições propícias para a criação e multiplicação de fatores, além daqueles tradicionais.

Essa estratégia tem por objetivo munir determinada região de fatores econômicos locais capazes de criar um pólo de crescimento, com variados efeitos multiplicadores que se propaguem de maneira cumulativa, transformando a região em atrativo de fatores e novas atividades econômicas. Para isso, recomenda-se a implantação de projetos econômicos de caráter estruturante, envolvendo uma cadeia de atividades interligadas*. Esses projetos podem estar ligados ao tipo de vocação da região (como a disponibilidade de recursos naturais específicos - vantagens comparadas), à existência de atividades típicas, ou à atividade econômica criada pelo planejamento, em função da vontade política das lideranças locais ou regionais (podendo ser vantagem competitiva).

Se por um lado a concentração geográfica de atividades econômicas, concorrentes mas afins, é importante para construir um pólo econômico atrativo, por outro lado essa concentração deve também ser suficientemente importante para formar um sistema produtivo** e transformar as empresas,

* Sem dúvida alguma, o segmento **turismo** é a opção que muito se aproxima do paradigma de desenvolvimento endógeno sustentado na medida em que consegue conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento local ou regional, a saber: a) forças sócio-econômicas, institucionais e culturais locais; b) grande número de pequenas e médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e sub-setores; c) flexibilização; d) alto grau de multiplicação da renda local; e) indústria limpa; f) globalização da economia local (através do fluxo de valores e informações nacionais e estrangeiras, sem que essa globalização crie um efeito *trade-off* em relação ao crescimento da economia local, pelo contrário).

** Pela definição de MORVAN (1991, p. 523)⁽¹⁵⁾: "*O sistema produtivo é composto por unidades muito numerosas e muito variáveis: grupos, empresas, estabelecimentos... As relações complexas, múltiplas e mutantes estabelecidas entre elas - e com o ambiente, porque o 'sistema é aberto' - traduzem escolhas estratégicas importantes e participam largamente na definição das 'performances' econômicas desse sistema. É claro que, pelo jogo das relações diversas estabelecido entre elas de maneira voluntária e involuntária, essas unidades criam, permanentemente, estruturas que têm um papel importante na determinação da eficiência global. Simultaneamente, a capacidade com que elas participam para fazer evoluir permanentemente essas estruturas constitui-se, cada vez mais, na condição do reforço da competitividade do sistema e, até mesmo, da sobrevivência dele*" (Tradução do autor).

indústrias ou setores ali localizados (ou para ali atraídos) em estruturas competitivas, nacional e internacionalmente. Queremos dizer com isso que não basta uma estratégia de desenvolvimento local buscar a criação de fatores locacionais e, dessa forma, provocar uma aglomeração de empresas. É preciso mais, ou seja, é preciso que se crie um sistema produtivo e que muitas das empresas desse sistema se coloquem como líderes em seus setores, tanto a nível nacional quanto internacional.

A questão da competitividade, aliás pouco relevante na teoria econômica regional tradicional, é hoje um ponto estratégico de máxima importância para a sustentabilidade do desenvolvimento endógeno. Essa questão deixou de pertencer apenas ao mundo das empresas, para pertencer também ao mundo das regiões. Na verdade, as teorias e políticas de desenvolvimento regional requerem hoje uma síntese (PERRIN, 1986)⁽¹⁷⁾ integrando dois componentes: a organização espaço-econômica associada à organização setorial (principalmente o sistema industrial) e a organização territorial (principalmente o sistema regional).

A assimilação das normas de consumo e de produção internacionais por empresas locais, ao mesmo tempo que mantém a reprodução ampliada do sistema produtivo local, provoca também um processo endógeno de contaminação dinâmica sobre inúmeros segmentos (concorrentes, parceiros, fornecedores, etc.) do próprio espaço geográfico. Neste caso, é importante que Governo e setor privado passem a trabalhar juntos com o objetivo de criar e recriar fatores regionais competitivos, tais como aqueles que iremos tratar a seguir.

6. TERCEIRA FONTE: VALORIZAÇÃO DOS NOVOS FATORES DE PRODUÇÃO

Vimos a importância reservada aos investimentos em formação bruta do capital fixo e à estratégia de desenvolvimento regional, na constituição de um processo de desenvolvimento endógeno.

Entretanto, a própria história econômica do pós-guerra mostrou a fragilidade e a insustentabilidade (em termos de competitividade, equidade social e impactos ambientais), caso a estratégia de desenvolvimento permaneça reduzida aos fatores de produção tradicionais (recursos naturais, capital e trabalho). Pode-se também acrescentar que a simples estratégia de desenvolvimento regional baseada na concentração geográfica de fatores ou setores não leva, automaticamente, e tão-somente pelo mercado, à otimização do crescimento e desenvolvimento da região.

Para crescer a longo prazo - com produtividade e competitividade, distribuição de renda e impacto ambiental reduzido - a estratégia de desenvolvimento deve incorporar e valorizar outros fatores de produção: **capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições e meio ambiente**. A valorização desses fatores tem a vantagem de acionar o núcleo criativo e criador da sociedade e da economia, fazendo com que estas experimentem inovações e saltos contínuos nas suas bases.

Como vimos anteriormente, até recentemente esses fatores eram considerados pelos modelos tradicionais de crescimento e desenvolvimento econômicos, bem como pelas elites sociais latino-americanas, em geral, e elites nordestinas, em particular, como fatores ou variáveis exógenas. Se quisermos adotar uma linguagem economicista, esses fatores eram considerados como variáveis *ceteris paribus*, ou seja, variáveis com grau de determinação nula sobre o desenvolvimento econômico.

Classificados por blocos, esses fatores são:

- a) **educação, saúde e segurança alimentar:** formam as bases sustentadoras do capital humano. Investimentos em educação, saúde e segurança alimentar significam investir no principal fator de produção, a força de trabalho, pela simples razão de que esse fator se apresenta como o único fator inteligente dentro de qualquer função de produção. Graças a este fator de produção, a evolução da produção social e das relações sociais estão livres da evolução mecânica, típica de qualquer sistema estático. Em se tratando de Brasil, e especialmente de Nordeste, os investimentos nessas três áreas tornaram-se vitais, tanto para o resgate da dívida social e da ampliação da cidadania, como também para melhorar o nível de eficácia e eficiência no uso dos fatores físicos, aumentando sua produtividade, e diminuindo o nível de desperdício desses fatores*. Além disso, ao

* Segundo consta no relatório de 1991 do BANCO MUNDIAL (1992, p.49-50) (2), "O alto retorno gerado pelos investimentos na educação é documentado por muitos estudos. Em estudos anteriores do crescimento, a educação era medida aproximadamente pelas taxas de alfabetização ou pelo coeficiente de matrículas no primário. A pesquisa realizada para este Relatório sugere que, aumentando-se em um ano o número médio de anos de instrução do contingente de mão-de-obra, o PIB aumenta em 9%. Isso se aplica aos primeiros três anos de instrução; ou seja, em comparação com a ausência de instrução, três anos de instrução fazem aumentar o PIB em 27%. A partir daí, o retorno produzido por um ano adicional de instrução diminui para cerca de 4% ao ano ou um total de 12% para os três anos seguintes. Esses resultados são compatíveis com estudos anteriores".

aumentar investimentos e destinar recursos públicos para as áreas de educação (primeiro e segundo graus) e saúde, os estados estarão também se ajustando ao novo modelo de federalismo oferecido pela Constituição de 1988, que atribui aos estados e municípios maiores responsabilidades nesses setores;

- b) **ciência e tecnologia e/ou pesquisa e desenvolvimento:** estes fatores formam a base qualitativa do crescimento e desenvolvimento e são ao mesmo tempo produtos e extensões do capital humano. Sua promoção compete tanto ao Estado quanto ao capital privado, o primeiro atuando através da sua clássica política científica e tecnológica, capacitação e extensão (via universidade, empresas mistas e pacto de cooperação), e o segundo através da capacitação bem como dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento;
- c) **informação e conhecimento:** a circulação rápida de informações sobre o mercado de compra e venda de matérias-primas e produtos finais, além das informações sobre disponibilidade de tecnologias alternativas, utilizáveis e disponíveis, etc. são de fundamental importância para qualquer sistema. Esse processo intensifica o conhecimento. A quantidade e a qualidade desses fatores têm a vantagem de melhorar a interconexão entre os agentes e o nível e a rapidez das decisões desses agentes dentro do sistema, melhorando produtividade e custos nos níveis micro e macro. Estes fatores estão intimamente associados aos dois fatores mencionados anteriormente, porque dependem daqueles para melhorar a divulgação e a captação do conhecimento e da informação e associados a eles, melhoram e aceleram o processo de aprendizagem dos agentes;
- d) **instituições:** públicas e privadas, visíveis e invisíveis, adequadas ao desenvolvimento em escala ampliada. A modernização e a adequação das instituições devem preparar e tornar a sociedade e a economia, ou o aparelho estatal e o mercado (locais ou regionais) mais abertos e flexíveis aos novos paradigmas de desenvolvimento, de maneira que as inovações se tornem uma rotina dentro do sistema. Mas o papel das instituições também é importante no sentido da manutenção do equilíbrio entre cooperação e concorrência entre os agentes do sistema;

- e) **meio ambiente:** a consciência ambiental é um fator que deve estar associado tanto à utilização dos insumos (racionalização) quanto ao impacto ambiental produzido pelo produto final das empresas e famílias (poluição); enfim, deve-se compatibilizar crescimento e taxa de uso dos recursos regionais com taxa de reposição desses recursos, bem como a minimização ou eliminação da produção de poluição. Já referenciada pela Conferência de Roma, ECO 92 (no Rio de Janeiro) e por inúmeros movimentos ambientalistas, a preservação do meio ambiente é não só um fator de crescimento sustentável, mas também de saúde pública e qualidade de vida.

O aspecto novo oferecido pela Teoria do Crescimento Endógeno é considerar esses fatores da produção econômica, não de maneira isolada, mas como parte dela. Gastos despendidos, principalmente com os três primeiros itens, devem ser considerados como investimentos produtivos, e não isoladamente*. Incorporados efetivamente ao processo produtivo, esses fatores permitem uma melhor utilização do capital físico, fazendo aumentar sua produtividade, ao mesmo tempo que aumentam as taxas econômica e social de retorno. Além disso, como diz PORTER (1991)⁽¹⁹⁾, ao contrário dos fatores tradicionais, geradores de vantagens comparativas estáticas, os novos fatores são responsáveis pelas vantagens competitivas dinâmicas; isto é, fatores que permitem não só a geração de diferenciações realmente competitivas, mas, principalmente, permitem à região ou à economia local o desenvolvimento endógeno de inovações pioneiras e rápidas, permitindo assim, agora segundo SCHUMPETER (1982)⁽²³⁾, a apropriação dos bons resultados do ineditismo, inerentes à autoria de uma inovação.

Nesses termos, a adesão dos estados federados brasileiros a esse tipo ideal de desenvolvimento endógeno poderá levar a influenciar na redefinição da hierarquia desses estados, bem como na divergência entre as taxas de crescimento dos PIBs estaduais.

* Essa idéia não é nova. MARSHALL, (1982, p. 191, 175)⁽¹³⁾, já defendia, em relação à educação, que "...não se pode medir as vantagens de consagrar fundos públicos e particulares para a educação do povo apenas pelos seus frutos diretos. Até mesmo como uma aplicação de capital, é vantajoso dar às massas maiores oportunidades do que as que possuem atualmente, pois é só por esse meio que todos aqueles que morreriam desconhecidos terão o impulso necessário para fazer brotar suas aptidões latentes". Já em relação à saúde o mesmo autor assinala: "Temos a considerar, em seguida, as condições das quais dependem a saúde e o vigor físico, mental e moral. Elas são a base da eficiência industrial, onde se assenta a produção da riqueza material; se usada prudentemente, é para aumentar a saúde e o vigor físico, mental e moral da raça humana".

Se a pertinência desses fatores é evidente para qualquer região do mundo, ela passa a existir com muito mais evidência ainda para a Região Nordeste, tendo em vista que mesmo a disponibilidade de fatores de produção tradicionais, como recursos naturais (recursos minerais, água, terra fértil, etc.), é escassa e irregular, com exceção do sol e da natureza litorânea. Além disso, seu processo de industrialização é retardatário e muito recente, o que pode ser positivo no que toca à possibilidade de adoção de modelos de sistema produtivo mais adequados e menos predatórios, do ponto de vista do ambiente e dos efeitos sociais.

7. A TÍTULO DE CONCLUSÃO: ALGUMAS RAZÕES PARA A ADESÃO AO TIPO IDEAL

Por fim, seria oportuno expor algumas razões que justificam a adesão dos estados, principalmente do Nordeste, ao tipo ideal de desenvolvimento endógeno construído anteriormente:

- a) ao aderir ao tipo ideal de desenvolvimento endógeno, o estado federado estará agindo como subsistema ativo ou como mecanismo regulatório, na medida em que gera um movimento de *contra-ação* frente à tendência concentradora do sistema;
- b) necessidade de reformar o Estado e promover o ajuste fiscal de maneira descentralizada, o que vai ao encontro da solução da crise fiscal-financeira do Estado brasileiro e da necessidade de construir um novo pacto federativo;
- c) necessidade de mudança do modelo de desenvolvimento nacional, mudança esta sintonizada com os novos paradigmas de desenvolvimento, baseados na combinação entre eficiência no uso dos fatores, competitividade, equidade social e impactos ambientais reduzidos, ou seja, desenvolvimento sustentável;
- d) necessidade de sintonia com os novos paradigmas de industrialização e desenvolvimento locais, surgidos nos anos 80/90;
- e) aproveitar a tendência de declínio e de esvaziamento de algumas regiões e espaços que são tradicionalmente concentradores de fatores locacionais, como é o caso do estado do Rio de Janeiro e da

cidade de São Paulo; além dessa tendência de fato, de descentralização produtiva, o estado federado deve também se ajustar à tendência de direito, de descentralização administrativa;

- f) criar um movimento de contra-tendência, frente à possível reconcentração das atividades industriais, agroindustriais e financeiras no eixo Centro-Oeste, Minas Gerais, interior de São Paulo e estados do sul do País (DINIZ, 1993)⁽⁵⁾, em função de fortes fatores locais já existentes nessas regiões, mas também em função da atração exercida pela criação do MERCOSUL. Essa tendência poderá ser reforçada dentro de um cenário de retomada do crescimento durável da economia brasileira. É oportuno lembrar que as regiões (como as citadas anteriormente) dotadas de forte urbanização, diversificação industrial, e providas de serviços comerciais, financeiros e tecnológicos são sempre capazes de se renovar e se reestruturar, diante das crises e declínios econômicos.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the transformations having on the regional development theories, while at the same time trying to establish a link between the regional approach and the Theory of Endogenous Growth towards the building of the concept of endogenous development. Such broader concept seeks the formulation of a model of sustainable development for the Brazilian regions. The author also analyses the new role of the Federal State and of the states, and formulates strategies for development.

Key Words: Economic Growth; Regional Development; Theory of Endogenous Growth; Endogenous Development; Brazil.

O autor agradece a Maria Cristina Pereira de Melo e Silvana Maria Parente Neiva Gondim os comentários feitos a este trabalho. Entretanto, o conteúdo aqui apresentado é de inteira responsabilidade do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMIN, A.; ROBINS, K. *Le retour des économies régionales?* In: BENKO, G ; LIPIETZ, A. (Org.). **Les régions qui gagnent**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
2. BANCO MUNDIAL. **O desafio do desenvolvimento**; relatório sobre o desenvolvimento mundial 1991. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
3. BARRO, R. Government spending in a simple model of endogenous. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p.103-130, 1990.
4. BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). **Les régions qui gagnent**. Paris, Presses Universitaires de France, 1992.
5. DINIZ, C. Campolina. **Competitividade industrial e desenvolvimento regional no Brasil**; estudo da competitividade da indústria brasileira. Campinas : MCT/FINEP/PADCT, 1993.
6. FOXLEY, A.; McPHERSON, M.; O'DONNELL, G. (Org.). **Desenvolvimento e política**; o pensamento de Albert O. Hirschman. São Paulo : Vértice, 1988.
7. GAROFOLI, G. Les systèmes de petites entreprises: un cas paradigmatique de développement endogène. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.) **Les régions qui gagnent**. Paris : Presses Universitaires de France, 1992.
8. HADDAD, P. R. Desenvolvimento endógeno. In: PROJETO ÁRIDAS. **GT-V: Economia, ciência e tecnologia**. Fortaleza, 1994.
9. KALDOR, N. **Économie & instabilité**. Paris: Economica, 1987.
10. LIPIETZ, A. **Le capital et son espace**. Paris: La découverte/Maspero, 1983.
11. LORDON, F. Redécouverte des rendements croissants et croissance endogène. **Problèmes économiques**, Paris, n. 2.268, 25 mars 1992.
12. LUCAS, R. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, n. 22, p. 3-42, 1988.
13. MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
14. MARUANI, M.; REYNAUD, E.; ROMANI, C. (Org.). **La flexibilité en Italie**. Paris: Syros, 1989.
15. MORVAN, Y. **Fondements d'économie industrielle**. Paris: Economica, 1991.
16. MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972.
17. PERRIN, J. C. Un bilan théorique et méthodologique. In: FEDERWISH, J.; ZOLLER, H. G. (Org.) **Technologie nouvelle et ruptures régionales**. Paris: Economica, 1986.

18. PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide**; possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.
19. PORTER, M. E. **La ventaja competitiva de las naciones**. Buenos Aires: Vergara, 1991.
20. REVUE ÉCONOMIQUE. **Nouvelles théories de la croissance**. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, v. 44, n. 2, mars 1993.
21. ROMER, P. Increasing returns and long run growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, p. 1002-1037, 1986.
22. SCHMITZ, H. **Flexible specialization**; a new paradigm of small-scale industrialisation? Sussex : IDS, 1988.
23. SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo. Abril, 1982 (Os economistas).
24. SCOTT, A. J. Flexible production systems and regional development: the rise of new industrial spaces in North America and Western Europe. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 12, n.2, 1988.
25. SOUZA, M. C. de A. A especialização flexível e as pequenas e médias empresas (PMEs); algumas notas sobre a visão de Piore e Sabel. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 13, n.1 p. 316-340, 1992.
26. SWYNGEDOUW, E. A.; ARCHER, K. Les leçons de l'expérience américaine. In: FEDERWISH, J.; ZOLLER, H. G. (Org.) **Technologie nouvelle et ruptures regionales**. Paris: Economica, 1986.
27. WILBER, C. K. e FRANCIS, S. A base metodológica da economia do desenvolvimento de Hirschman: modelo de padrões versus leis gerais. In: FOXLEY, A.; McPHERSON, M.; O'DONNELL, G. (Org.) **Desenvolvimento e política**; o pensamento de Albert O. Hirschman. São Paulo: Vértice, 1988.
28. YOUNG, A. [Rendimentos crescentes e progresso econômico]. *Economic Journal*, Dec. 1928. Apud: KALDOR, N. **Économie & instabilité**. Paris, Economica, 1987.
29. ZINI JR, A. A. Conhecimento e desenvolvimento econômico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 ago. 1994.

Recebido para publicação em 13.01.95